

# PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 11 • 1993

DIRECTOR  
A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-ISCTE); António M. Hespanha (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FL); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História  
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: Almada Negreiros in Silva Tavares, *Roteiro da Mocidade do Império*, Lisboa, Divisão de Publicações e Bibliotecas, Agência-Geral das Colónias, 1938, p. 23. Cortesia da Livraria Histórica e Ultramarina e do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa.

© EDIÇÕES COSMOS  
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor

Capa  
Fotolitos e Impressão: Joerna  
Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: 28 de Maio de 1993  
Depósito Legal: 49152/91  
ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P 1000 Lisboa  
Telefones: 795 51 40 (6 linhas)  
Fax: (1) 796 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa  
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01  
Fax: (1) 796 97 13

# A Legião Portuguesa no Espectro Político Nacional (1936-1939)

**Luís Nuno Rodrigues**

Mestrando em História do século XX. FCSH-UNL

## 1. Introdução

O presente artigo tem por objectivo apresentar alguns resultados provisórios de uma investigação que tenho em curso sobre a Legião Portuguesa no período que decorre entre 1936 e 1939<sup>1</sup>. O carácter provisório das conclusões apresentadas tem de ser entendido levando em conta a impossibilidade de consulta do Arquivo da Legião Portuguesa. Os poucos materiais deste arquivo que tive oportunidade de consultar reportam-se a algumas incursões feitas há já alguns anos do forte de Caxias, onde anteriormente se encontrava depositada a documentação da Legião Portuguesa. Deste modo, embora seja possível prever que a consulta do Arquivo da Legião Portuguesa não venha propriamente pôr em causa as conclusões que me são possíveis tirar nesta fase da investigação, espera-se pelo menos um alargamento das temáticas «históriáveis» sobre a Legião Portuguesa, bem como aumento de cariz quantitativo, no que respeita aos dados com que posso trabalhar de momento, de modo a permitir uma diferente solidez interpretativa do problema. Como surge indicado no final deste artigo, utilizei para a sua elaboração os materiais existentes nos restantes arquivos que, de uma maneira ou de outra, poderão conter informações pertinentes para o estudo da organização em causa (nomeadamente o Arquivo do Ministério do Interior e o Arquivo Oliveira Salazar) bem como algum material impresso, desde a imprensa da época até ao próprio *Boletim da Legião Portuguesa*.

Os temas abordados e os enfoques seguidos são, portanto, e em certa medida, ditados pelas fontes de que disponho nesta altura. Parece-me, apesar disso, ser possível dar resposta a algumas das principais questões que se poderão colocar em relação à Legião Portuguesa neste período cronológico que decorre desde a sua criação, em Setembro de 1936, até ao final da Guerra Civil de Espanha, altura em que se encerra um primeiro ciclo da vida da Legião Portuguesa.

Pareceu-me então pertinente abordar, num primeiro momento, as razões da criação da Legião Portuguesa. Se sabemos ter tido Salazar anteriores propostas de criação de milícias civis, se sabemos da sua manifesta desconfiança para com os movimentos populistas e de massas, se sabemos da forma pragmática como soube cedo anular as pretensões e os «excessos» dos nacionais-sindicalistas, como explicar, então, que em 1936 cedesse, autorizasse, aplaudisse, enfim, o surgimento da Legião

Portuguesa? Aqui, um factor externo, uma vez que tinha por palco um país estrangeiro, mas simultaneamente interno, pelos reflexos que o seu desfecho poderia vir a ter na cena política portuguesa, intervém de forma decisiva: a eclosão da Guerra Civil de Espanha.

Num segundo momento acompanharemos os primeiros tempos de vida da Legião Portuguesa, dando especial atenção à sua organização inicial e às diversas perspectivas existentes quanto ao papel da Legião no seio do regime. Um pouco no seguimento do ponto anterior tentarei mostrar como a dose de espontaneísmo que parece ter estado na base da criação da Legião Portuguesa acabou por ser «abafada» desde cedo, acabando a milícia portuguesa por não representar qualquer desvio, ou qualquer excesso em relação à linha preconizada e seguida pelo presidente do Conselho. Quedando-se por uma forte dependência governamental, a nossa milícia nunca se poderia tornar, como é óbvio, numa grande organização miliciana de tipo fascista.

Abordados estes pontos decisivos para a compreensão do surgimento e dos primeiros anos de vida da Legião Portuguesa, voltarei então o olhar para a instalação da Legião no espectro político nacional e para uma certa dimensão de conflitualidade que esteve inerente a esta instalação e que me foi possível verificar sobretudo ao nível local.

A análise será feita, portanto, ao nível local, recorrendo a uma série de casos concretos. O significado político da criação da Legião Portuguesa a nível concelhio e distrital é um tema que progressivamente me tem vindo a parecer da maior importância para a compreensão global do seu surgimento e também do seu papel na vida política portuguesa do final dos anos 30. O recurso a alguns arquivos locais poderá vir a revelar-se fundamental neste campo da investigação. Mas, as dezenas de pastas de documentação e de correspondência, organizadas por distritos e existentes no Arquivo da Legião Portuguesa, que não tive oportunidade de consultar, serão também fundamentais para que se ultrapasse a mera exposição descritiva de factos e eventos no sentido da construção de um quadro mais global das relações entre a Legião Portuguesa e as restantes forças políticas existentes em Portugal e, evidentemente, já instaladas aquando da criação da milícia portuguesa.

## **2. O Milicianismo nos Regimes Autoritários Europeus de Entre as Duas Guerras**

Os movimentos e os regimes de cariz autoritário que se desenvolveram na Europa de entre as duas guerras tiveram invariavelmente uma milícia civil ao seu serviço. Esse é um ponto comum a todos eles. Mais tarde ou mais cedo no tempo, correspondendo a solicitações mais ou menos semelhantes, dotados de um maior ou menor grau de radicalismo ou de autonomia face aos regimes em que surgem, revestindo-se, no fundo, de tonalidades próprias de acordo com as características específicas desses mesmos regimes, a existência destas formações paramilitares foi comum aos referidos regimes e constitui, de certo modo, uma inovação no panorama político-militar da Europa do século XX. Se é verdade que já anteriormente regimes

e governos se haviam socorrido de corpos militares paralelos para reforçarem o seu poderio, a grande novidade das ditaduras do século XX — e referimo-nos aqui sobretudo à alemã e à italiana — é o facto de não se apoiarem inicialmente nos exércitos regulares dos respectivos países, mas sim de disporem dos seus exércitos próprios que coexistem lado a lado com o exército oficial.

Existem evidentes diferenças entre as milícias alemã, italiana, espanhola e portuguesa (para citar apenas quatro casos). Contudo, estas diferenças não excluem a validade da generalização: o milicianismo é uma novidade no panorama político-militar da Europa do século XX e é uma característica comum aos regimes autoritários. Afinal, as diferenças existentes entre as S.A. e a Legião Portuguesa ou entre os Camisas Negras e a Milícia da Falange são as diferenças existentes entre os próprios regimes em que estas formações se desenvolveram, as diferenças entre nazismo e salazarismo ou entre fascismo e franquismo. Mas se, como defendem alguns autores, tem cabimento falar de um «fascismo em geral»<sup>2</sup>, expressão que, tendo em conta as diversidades existentes, englobaria estes regimes de cariz autoritário que existiram na Europa do século XX, terá também cabimento falar num «milicianismo em geral», no qual cabem as diversas soluções experimentadas em cada um dos países em questão.

Na Alemanha e na Itália os camisas castanhas e os camisas negras surgem quase em simultâneo com a criação dos próprios movimentos ou partidos de que fazem parte, pois, na verdade, esses partidos são especialmente vocacionados para a luta, para o combate, para o assalto ao poder. Já no que respeita ao surgimento das formações milicianas na Península Ibérica a situação é diferente. Em Espanha a Falange não dispõe, até ao início da Guerra Civil, de um verdadeiro aparelho miliciano. Com o desenvolvimento da guerra torna-se óbvio que este cresça e se desenvolva. Em Portugal, como vamos ver, não há milícia antes de Salazar estar já instalado no poder, sem auxílio directo de qualquer movimento ou formação para-militar<sup>3</sup>.

### 3. A Criação da Legião Portuguesa

A Legião Portuguesa foi, portanto, um organismo muito diferenciado das restantes milícias existentes em outros países europeus no período de entre as duas guerras. Primeiro que tudo, importa considerar o seguinte facto: a Legião só é criada em 1936, ou seja, num momento em que o Estado Novo é já uma realidade instalada e consolidada no poder. Não surge a Legião, à semelhança dos casos alemão e italiano, como uma força de choque de qualquer movimento ou partido fascista envolvido numa escalada para o poder<sup>4</sup>.

A vertente mais radical do fascismo português foi desde cedo anulada por Salazar. Tratava-se do Movimento Nacional-sindicalista de Rolão Preto, organização surgida em 1932. O Movimento Nacional-sindicalista conheceu o seu ano de grande apogeu em 1933 mas viria ser declarado ilegal por Salazar em Julho de 1934<sup>5</sup>.

Só em 1936 o regime permitiria, portanto, a criação de uma milícia, a Legião Portuguesa, para a qual terão transitado, aliás, muitos ex-nacionais-sindicalistas. A

compreensão deste fenómeno tem necessariamente de ser feita à luz do contexto de excepção vivido na Europa, marcado pelo sucesso das experiências alemã e italiana, pela difusão do autoritarismo por outros países do continente europeu e, sobretudo, pela Guerra Civil de Espanha.

Este fenómeno, que pode ser designado de «crispação fascizante», foi sentido em Portugal de uma forma invulgar pois recebeu um «estímulo» mais directo, porque geograficamente mais próximo, da Guerra Civil espanhola. Olhada como o palco privilegiado do confronto mundial entre as soluções comunista e nacionalista, a guerra de Espanha cedo faz sentir os seus reflexos em Portugal<sup>6</sup>. Dir-se-ia que no país vizinho se jogava, inclusivamente, a sobrevivência do Estado Novo, como concluiu, afinal, o historiador que mais recentemente se debruçou sobre os reflexos da Guerra Civil espanhola em Portugal: «A consolidação da vitória eleitoral da Frente Popular espanhola de Fevereiro de 1936 ou a derrota clara do Alzamiento militar de 18 de Julho criariam, inevitavelmente, num espaço geográfico limitado como é a Península Ibérica, condições que tornariam a breve trecho incompatíveis dois regimes orientados por princípios e práticas claramente contraditórias»<sup>7</sup>.

Na verdade, com o deflagrar da Guerra Civil espanhola o discurso do regime português, sobretudo de algumas das suas franjas mais radicais, endurece de tom. Na imprensa portuguesa, com especial destaque para o *Diário da Manhã*, o acompanhar minucioso da situação espanhola é simultaneamente usado para lançar um apelo à mobilização dos portugueses, à sua união, contra os perigos que uma eventual derrota de Franco poderia trazer para Portugal, para o seu governo e para a segurança e bem-estar das populações. Digamos que, sob a ameaça de um eventual triunfo da esquerda espanhola, com todos os perigos que isso poderia trazer para o Estado Novo, ganhava aos poucos consistência a ideia da criação de uma força de voluntários patrióticos, com o objectivo de proteger a Nação desse inimigo comum que era o comunismo.

Logo a 27 de Janeiro, o *Diário da Manhã* advertia que «a ofensiva maçónica-comunista é um facto (...) as ordens de Moscovo aos seus satélites vieram ao mesmo tempo para a Espanha e para Portugal (...) Importa portanto estar de prevenção»<sup>8</sup>. Uma vez verificado o perigo, chegava então a hora de mobilizar esforços contra o inimigo comum: «Aproveitando a confusão do momento internacional e, em especial, a agitação dos marxistas, em Espanha, os agentes comunistas redobram de actividades nas suas investidas de propaganda clandestina em Portugal (...) Portugueses: a hora é de cerrar fileiras à volta do Governo da Nação (...) urge impor uma barreira intransponível aos malfetores de todas as espécies, que procuram por todas as formas destruir a unidade política, moral e até territorial de Portugal.»<sup>9</sup>

Um grande comício, no qual viria a ser lançada publicamente a ideia da criação da Legião Portuguesa, começou, entretanto, a ser anunciado pelo *Diário da Manhã*. O comício realizar-se-ia a 28 de Agosto, na Praça de Touros do Campo Pequeno. Perante o entusiasmo da multidão que assistia, o capitão Jorge Botelho Moniz<sup>10</sup> leu uma moção onde se pedia ao Governo que autorizasse a criação de uma legião cívica:

«Olhemos o que se passa em Espanha e não percamos tempo (...) Constituamos uma grande legião de voluntários, apta ao combate, pelas ideias e pela espada — uma grande legião disciplinada e forte (...) Nós, nacionalistas somos legião e somos portugueses. Constituamos a Legião Portuguesa.»<sup>11</sup>

A 14 de Setembro foi entregue oficialmente ao presidente do Conselho a moção aprovada no comício, acompanhada de 20 000 assinaturas, segundo diz o *Diário da Manhã*. No dia seguinte o Governo reconheceu a existência da Legião Portuguesa, «organização patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral e social da Nação contra os inimigos da Pátria e da Ordem»<sup>12</sup>. Finalmente, no dia 30 do mesmo mês, a Legião Portuguesa foi criada oficialmente através de um decreto-lei.

#### 4. Uma Milícia Controlada

Como verificámos atrás, a Legião Portuguesa é filha de um período de excepção, de um período de anormalidade em relação àquilo que tinha vindo a ser o Estado Novo até 1936. Ela não constituiu, como na Alemanha e na Itália, a força de choque destinada a guindar ao poder um partido fascista. Daí que possamos afirmar que a Legião Portuguesa foi criada tardiamente, «fora do tempo», de acordo com uma conjuntura muito específica, e permaneceu sempre marcada por uma certa desconfiança do próprio regime em relação aos movimentos milicianos e populistas.

Assim sendo, a dose de espontaneidade que parece de algum modo estar na base do surgimento da Legião Portuguesa acaba por ser abafada, ou pelo menos comprimida, praticamente desde o início. Neste regime, «monótono de alma e coração»<sup>13</sup>, a acção da Legião Portuguesa nunca poderia vir a assumir semelhanças com a de forças como os camisas negras italianos, quedando-se a nossa milícia por uma forte dependência governamental, que lhe retirava grande parte da sua autonomia e do possível radicalismo que poderia vir a orientar as suas ideias e as suas acções. Esta subordinação ao Governo foi, aliás, um dos traços mais marcantes, presente desde a hora da sua fundação. A Legião constituía como que uma dependência do Ministério do Interior, sobre a qual era exercido um controlo eficaz que obstava a qualquer tentativa de maior radicalismo.

Não deixa contudo de ser interessante verificar que na Legião Portuguesa, sobretudo ao nível das suas camadas dirigentes, se tenham reunido alguns dos elementos mais radicais do espectro político português. Terá partido deles, inclusivamente, a tentativa de fazer da Legião Portuguesa uma força equiparada às suas congéneres alemã e italiana. Em 1937, escassos meses após a criação oficial da Legião Portuguesa, e logo após a sua aparição apoteótica nas comemorações do 28 de Maio desse ano, é discutida na Junta Central deste organismo a necessidade da sua reestruturação. O que estava em causa eram dois modos de ver a Legião, dois modos de encarar a sua acção no seio do Estado Novo: mantê-la como uma força sempre subordinada e leal ao Governo, sem grande poder efectivo, ou dotá-la de um carácter mais radical, mais fascizante, mais militarista. De um lado, a componente militar da Junta Central, liderada pelo seu comandante geral, coronel Namorado de Aguiar<sup>14</sup>,

apostava numa militarização efectiva da Legião Portuguesa, através da constituição de três grandes zonas, chefiadas, cada uma delas, por um militar. Chamados a elaborar um projecto sobre a reestruturação orgânica da Legião Portuguesa, os vogais militares da Junta Central, liderados por Namorado de Aguiar, propõem a divisão da Legião em três «regiões militares (Norte, Centro e Sul), dirigindo os três vogais militares os respectivos serviços em cada uma delas». Em contrapartida, as funções dos vogais civis limitar-se-iam aos «serviços de assistência, propaganda e fundos»<sup>15</sup>. A «facção militarista», afirmava muito claramente que «ao Governo compete resolver se opta pela criação de grandes unidades legionárias autónomas (...) tal qual as fascistas, com quadros e estados-maiores recrutados entre os seus componentes e subsidiariamente no exército, ou se prefere a integração de pequenas formações legionárias (...) noutras maiores do exército»<sup>16</sup>. Os militares não tinham pejo em afirmar a sua escolha pelo primeiro modelo organizativo: «A primeira fórmula tem a vantagem de constituir grupos homogêneos de combatentes sob o ponto de vista político, por todos serem voluntários de um ideal, o que não sucede aos recrutados, e sob o ponto de vista militar, por todos os seus componentes terem a mesma preparação militar»<sup>17</sup>.

Esta não era, porém, a postura dos vogais civis da Junta Central, que terão conseguido fazer valer os seus pontos de vista. O Dr. Águedo de Oliveira<sup>18</sup>, por exemplo, considera que a «militarização levada muito longe tornar-se-ia inconstitucional. O Governo não pode, para já, entrar nesse caminho (...) perdendo-se o personalismo político, sacrificando-se tudo quanto é político ao militar, comprometendo o futuro institucional da Legião (...) De resto, o legionário é um soldado político. Pertence a uma modalidade de partido único, militarizado, segundo conceito unânime. O seu dever militar é grande mas não é exclusivista»<sup>19</sup>.

O próprio Costa Leite (Lumbrales)<sup>20</sup>, presidente da primeira Junta Central da Legião Portuguesa, se mostrava em desacordo com a reorganização proposta pelos membros militares: «A divisão formulada nem se justifica sob o ponto de vista legionário e menos pode defender-se sob o ponto de vista administrativo. Os serviços seriam afectados e complicados de sobremaneira, sem vantagem visível»<sup>21</sup>.

Deste modo, o coronel Namorado de Aguiar, talvez o homem que neste período defendesse uma postura mais radical e mais «fascizante» para a Legião Portuguesa, viu-se obrigado a pedir a sua demissão, por julgar impossível o futuro da Legião se não fossem introduzidas na sua orgânica as alterações que ele, em grande parte, havia sugerido.

Na verdade, existiam no seio da Legião Portuguesa, nos seus órgãos de cúpula inclusivamente, homens com uma postura verdadeiramente «milicianista» ou «fascista». O modo como Namorado de Aguiar preconiza a criação de «grandes unidades legionárias autónomas (...) tal qual as fascistas» mostra-nos a voz de um sector mais radical no seio da Legião. O modo como os membros civis da Junta Central negam prontamente tal ideia deixa-nos antever, por outro lado, a preocupação do regime em liquidar as pretensões mais radicalistas e em fazer da Legião Portuguesa um organismo perfeitamente enquadrado no regime.

Prevalencia o espírito enunciado no próprio decreto-lei criador da Legião Portuguesa, no qual vem desde logo expressa a ideia de que a Legião Portuguesa é um organismo emanado pelo Governo, «de cima para baixo»: «para que se não corrompa nem desvie dos seus fins, antes viva na exaltação das virtudes cívicas e militares, dá-se-lhe a forma de corpo organizado, sujeito a rigorosa disciplina e directamente subordinado ao Governo (...) A Legião será superiormente dirigida por uma junta nomeada pelo Governo (...) actuará (...) em obediência ao Governo»<sup>22</sup>. Pretendia-se deste modo evitar que a Legião Portuguesa evoluísse para uma posição de maior radicalismo e que, à semelhança do que sucedera com os «camisas azuis» de Rolão Preto, pudesse vir a funcionar como um factor de perturbação da ordem estabelecida. Funcionando em estreita subordinação ao Governo, a Legião nunca viria a assumir, portanto, as características fortemente radicais e interventivas das suas congéneres europeias.

### 5. A Legião Portuguesa e as Elites Locais

Se a nível das cúpulas dirigentes da Legião Portuguesa o Governo conseguia na verdade impor o seu controlo e a sua disciplina sobre a organização, já a nível local e regional, porém, a situação parece apresentar alguns cambiantes. A observação de alguns casos empíricos levar-me-á a avançar com a hipótese de, a nível da política concelhia e distrital, se agruparem em torno da Legião Portuguesa alguns segmentos das elites políticas locais muito claramente diferentes daqueles que se agruparam em torno das estruturas concelhias e distritais da União Nacional. A Legião Portuguesa vem pois «mexer» profundamente com a política local e com a organização das elites locais, constituindo-se como um novo pólo aglutinador, como um canal alternativo da comunicação da periferia com o centro, nalguns casos como um autêntico partido local ou distrital por oposição à União Nacional. É uma situação muito claramente referida, aliás, por Namorado de Aguiar quando, em Junho de 1937, pede a sua demissão do Comando Geral da Legião Portuguesa: «A Legião encontra oposição em vários organismos da União Nacional que presentiram na Legião um partido político local que se lhe sobreporia»<sup>23</sup>.

A verdade é que desde o momento da sua criação oficial que a Legião Portuguesa parece ter recebido um grande número de adesões um pouco por todo o País. Não possuímos, contudo, uma quantificação exacta do número de inscrições na Legião. A crermos nas palavras de Costa Leite (Lumbrales), num relatório escrito em Abril de 1939<sup>24</sup>, a adesão popular ao novo organismo foi muito intensa. Deste modo, na parada comemorativa do 28 de Maio de 1937, onde os legionários fizeram a sua primeira grande aparição pública, teriam surgido já 12 000 «homens fardados e instruídos»<sup>25</sup>.

Em entrevista concedida ao *Diário da Manhã* a 7 de Julho de 1937, o coronel Namorado de Aguiar aponta o número de 38 000 legionários inscritos nessa data<sup>26</sup>. Alguns dias depois, numa reunião da Junta Central da Legião Portuguesa, a 22 de Julho, é já apontada a cifra de 40 000 legionários e a 28 de Agosto do mesmo ano,



a Junta Central informa o ministro do Interior que «anda por 50 000 o número de legionários do continente e ilhas adjacentes»<sup>27</sup>. Na altura em que escreve o seu relatório, Costa Leite afirma que a Legião contava com 53 000 homens, dos quais 30 000 estariam «fardados e instruídos». Estes números têm de ser encarados com certas precauções, pois tratam-se, todos eles, de indicações fornecidas pela própria Legião, o que faz supor um certo exagero na quantificação dos legionários. Ainda segundo o mesmo relatório, os legionários dividiam-se pelos diversos distritos na seguinte maneira:

**Efectivos da Legião Portuguesa em Abril de 1939**

Angra do Heroísmo, 4 núcleos, 628 legionários  
Aveiro, 19 núcleos, 1202 legionários  
Beja, 21 núcleos, 560 legionários  
Braga, 12 núcleos, 2270 legionários  
Bragança, 12 núcleos, 973 legionários  
Castelo Branco, 19 núcleos, 1760 legionários  
Coimbra, 12 núcleos, 2530 legionários  
Évora, 13 núcleos, 1470 legionários  
Faro, 21 núcleos, 1847 legionários  
Funchal, 1 núcleo, 535 legionários  
Guarda, 3 núcleos, 2641 legionários  
Horta, ?, 284 legionários  
Leiria, 17 núcleos, 2163 legionários  
Lisboa, 33 núcleos, 10 015 legionários  
Lisboa (Brig. Automóvel), 1 núcleo, 334 legionários  
Lisboa (Brigada Naval), 1 núcleo, 1430 legionários  
Ponta Delgada, 1 núcleo, 1438 legionários  
Portalegre, 15 núcleos, 1285 legionários  
Porto, 15 núcleos, 6420 legionários  
Santarém, 19 núcleos, 2.632 legionários  
Setúbal, 13 núcleos, 1530 legionários  
Viana do Castelo, 10 núcleos, 2726 legionários  
Vila Real, 9 núcleos, 1163 legionários  
Viseu, 24 núcleos, 4209 legionários.

A serem verdadeiros os números fornecidos por Costa Leite, a Legião Portuguesa conheceu, na verdade, uma grande adesão desde o seu início<sup>28</sup>. E esta capacidade mobilizadora terá sido um dos factos que fez com que os outros organismos políticos a comesçassem a ver como um intruso, como um adversário pronto a ocupar um espaço político anteriormente de sua pertença.

As dificuldades de convivência entre a Legião Portuguesa e outros organismos do Estado Novo fizeram-se sentir de maneira particularmente gravosa no relacio-

namento com a União Nacional. O surgimento da Legião parece ter coincidido com (ou mesmo ter sido causa de) um período de perda da capacidade mobilizadora da União Nacional. Segundo M. Braga da Cruz, a rápida implantação da Legião Portuguesa e o seu discurso mais exaltado e mobilizador teriam sido factores dessa mesma perda de relevo por parte da União Nacional<sup>29</sup>. Não são, portanto, de estranhar os frequentes conflitos entre as duas forças.

As direcções nacionais dos dois organismos — Legião Portuguesa e União Nacional — procuraram, apesar de tudo, estabelecer um clima de certa concórdia. Na tomada de posse da primeira Junta Central da Legião, o engenheiro Cancela de Abreu, dirigente da União Nacional, afirmava desde logo que «a União Nacional e a Legião Portuguesa se não confundem nem colidem, mas antes hão-de trabalhar em íntima colaboração»<sup>30</sup>. Da parte da Legião Portuguesa, o presidente da sua Junta Central também afirma que «se procurou manter com a União Nacional as mais cordiais relações, marcando bem claramente que a Legião não pretendia substituí-la ou concorrer com ela, mas servir em campo diverso o mesmo ideal, colaborar na mesma obra (...) bem compreendido foi este ponto de vista pelos corpos superiores da União Nacional que conosco têm colaborado no melhor espírito»<sup>31</sup>.

Parece, no entanto, que este espírito reinante nas altas esferas dos dois organismos não terá encontrado grande correspondência um pouco por todo o País. Os conflitos devem ter sido frequentes, justificando, aliás, que o *Diário da Manhã*, a 6 de Maio de 1937, se apressasse a condenar a «manifesta má fé dos que nos tentam convencer de que entre a União Nacional e a Legião Portuguesa (...) existem divergências, antagonismos, desconfianças ou confusão de atribuições (...) A verdade é que nunca foi maior a harmonia no campo nacionalista. Entre a União Nacional e a Legião Portuguesa há perfeito entendimento e compreensão das respectivas funções»<sup>32</sup>. Este esforço apaziguador do órgão da União Nacional, procurando transmitir uma imagem de perfeita concórdia entre as duas instituições, é claramente desmentido por outras fontes disponíveis. Trata-se de uma questão que se encontra bem documentada, por exemplo, nos relatórios mensais dos diversos governadores civis para o ministro do Interior que fazem frequentes referências às relações entre a União Nacional e a Legião Portuguesa.

O caso mais flagrante de conflito aberto entre a Legião e a União Nacional terá sido o do distrito de Coimbra. Logo em Janeiro de 1937, escassos meses após a criação da Legião Portuguesa, o governador civil de Coimbra informa o ministro do Interior, através de um extenso relatório, dos diferendos políticos existentes nessa localidade e também no distrito em geral. Segundo conta, nesse mesmo mês recebera uma nota do comandante distrital da Legião Portuguesa em que este dizia que «lhe parecia notar certas dificuldades e queixas da parte da União Nacional ou de alguns dos seus membros no que respeitava à organização da Legião em Coimbra». E conta o governador civil: «Manifestei-lhe apenas a minha estranheza (...) disse-lhe mais que, com meu conhecimento e da parte da União Nacional não havia má vontade à Legião, e contei-lhe também que alguém da Legião Portuguesa dissera para alguém

da comissão concelhia da União Nacional, que deixasse 'essa União Nacional' para vir para a Legião.»<sup>33</sup>

O conflito alargava-se porém a outros concelhos do distrito de Coimbra. Da Figueira da Foz queixa-se a União Nacional a respeito do delegado da Legião naquela cidade: «Tivemos ocasião de saber que a nomeação do Dr. Rainho para delegado da LP fora mal recebida pela União Nacional, dizendo-nos naquela cidade que o citado delegado *era monárquico, não se tinha querido filiar na União Nacional e além disso não tinha muitas simpatias*»<sup>34</sup>.

O próprio governador civil parece situar-se numa posição de desconfiança em relação à Legião Portuguesa e sobretudo ao modo como ela se instalou no distrito, porque, segundo alega, foi ignorado em todo esse processo: «Falou-se no facto de nem o Governo Civil nem a União Nacional terem sido ouvidos para nada; no de as nomeações recaírem, em regra, em pessoas não inscritas neste organismo político e não simpatizantes com ele (...) Justificou-se assim a atitude de expectativa da União Nacional de Coimbra, mesmo sem tomar em consideração o 'diz-se' de cafés, em que se falava na oposição da LP à UN. (...) Não deixo todavia de lamentar que a organização da LP se fizesse sem ouvir, já não digo o Governo Civil, mas ao menos a União Nacional»<sup>35</sup>.

O conflito estava longe de se resolver. Em Março de 37, a Legião Portuguesa de Coimbra teria solicitado à União Nacional um elemento seu para integrar uma comissão angariadora de fundos. A União Nacional respondeu que «lamentava profundamente ser obrigada a tomar tal atitude, mas não podia colaborar no desprestígio que uma infeliz orientação pretendeu lançar sobre a União Nacional deste distrito»<sup>36</sup>. A União Nacional coimbrã explicita ainda melhor os motivos que a levaram a não colaborar com a Legião Portuguesa: «Terem as nomeações dos comandantes, nos diferentes concelhos, recaído em pessoas estranhas e por vezes hostis à União Nacional; ter sido feita a sua escolha, ou pelo menos sugestionada, por pessoas não só adversas à União Nacional mas declaradamente hostis à actual situação política; não terem sido aceites os nomes indicados para os comandos nalguns concelhos, pelo único motivo de fazerem parte das comissões da UN; ter sido solicitada à União Nacional, só agora, uma limitadíssima representação, depois de organizados os quadros dirigentes da Legião por pessoas estranhas e desafectas à União Nacional»<sup>37</sup>.

O governador civil acaba por confirmar, quase concelho por concelho, as acusações da União Nacional. No distrito de Coimbra, os corpos dirigentes da Legião Portuguesa são na sua maioria desafectos à União Nacional e nela não inscritos. Entre eles contam-se numerosos monárquicos e, sobretudo, nacionais-sindicalistas.

Um outro caso a destacar é o do distrito de Évora. Aqui as relações entre a Legião Portuguesa e a União Nacional assumem um cariz algo diferente. Neste distrito, os quadros políticos da União Nacional teriam pura e simplesmente transitado para a Legião Portuguesa. Num resumo dos relatórios dos governadores civis referente ao mês de Abril de 1937 diz-se que em Évora a Legião surge «absolutamente desligada do governador civil, que tem o pressentimento de que alguns membros da

União Nacional (Comissão Distrital) e seus simpatizantes nela procuram consolidar os alicerces abalados da sua virtual força política com prejuízo da eficácia e alta finalidade da Legião Portuguesa»<sup>38</sup>.

Em Junho do mesmo ano o governador civil de Évora escreve ao ministro do Interior uma longa exposição onde lhe dá conta da sua versão dos acontecimentos. Verificando a coincidência entre a constituição do Comando Distrital da Legião Portuguesa e o enfraquecimento da Comissão Distrital da União Nacional, acusa uma vez mais os dirigentes deste organismo de se «adesivarem» à Legião Portuguesa com o simples intuito de salvaguardarem a sua posição política: «É de estranhar que os postos mais graduados tenham sido entregues aos partidários mais afins com o presidente da Comissão Distrital da União Nacional, embora pouco numerosos actualmente»<sup>39</sup>. Queixa-se, nomeadamente, de um caso que parece ter sido frequente: o comandante distrital da Legião em Évora fora nomeado «sem qualquer consulta que permitisse pronunciar-me»<sup>40</sup>.

Além disso, a própria acção da Legião Portuguesa não tem sido a mais correcta: «A Legião não tem procurado nenhuma aproximação seja com o Comando da Polícia seja com o governador civil, que só indirectamente conhecem a sua vida»<sup>41</sup>.

O governador civil termina a sua carta com duas sugestões para o funcionamento da Legião Portuguesa: «Que aos governadores civis fosse dada a responsabilidade da Junta Central da Legião no que diz respeito às suas funções fiscalizadoras da organização nos distritos; que aos comandantes distritais se determinasse uma próxima e frequente colaboração com o Comando das Polícias»<sup>42</sup>.

De não omitir são, contudo, os casos de Castelo Branco e Viseu. O distrito de Castelo Branco parece ser um caso em que Legião e União terão tido desde o início excelentes relações. Essa é, pelo menos, a ideia que transparece das palavras do governador civil do distrito: «Pode com verdade afirmar-se que a LP faz parte da UN, ou com ela se confunde, visto não existir a mínima divergência ou má vontade, antes bem pelo contrário»<sup>43</sup>. Também de Viseu pareciam chegar boas notícias no que respeita ao relacionamento das duas instituições: «As relações deste organismo (LP) com a União Nacional (...) são óptimas»<sup>44</sup>.

A disputa de esferas de influência e de espaços de manobra no complicado jogo da política local e distrital não assumiu, noutros casos, uma associação directa com a União Nacional, tendo-se manifestado antes ao nível de instituições e de autoridades como governadores civis e câmaras municipais: «Eu não posso deixar de notar que várias dificuldades temos encontrado na nossa acção derivadas da incompreensão dos organismos políticos locais (...) temos encontrado por vezes más vontades e oposições»<sup>45</sup>, queixava-se em 1939 o presidente da Junta Central da Legião Portuguesa.

Porém, não era da Legião que vinha a maior parte das queixas. Em muitos casos eram os próprios poderes locais que reclamavam, junto do Ministério do Interior, acerca da conduta dos legionários nas suas cidades ou vilas. Em 1940, por exemplo, o jornal *Notícias de Famalicão* denunciava alguns factos graves ocasionados pelo

núcleo local da Legião. Alguns «notáveis» locais eram vítimas de agressões físicas e verbais por parte da Legião: «Exerceram perseguições pessoais, vinganças e muitas arbitrariedades que só um inquérito geral seria capaz de esclarecer»<sup>46</sup>.

Muitas vezes os conflitos estalavam com os próprios governadores civis, que viam também a Legião Portuguesa como uma força intrusa, procurando a todo o custo controlá-la. Faziam, portanto, questão em ser ouvidos na nomeação dos diversos comandantes distritais e delegados concelhio (como vimos atrás nos distritos de Coimbra e Évora). Em Vila Real, o governador civil do distrito chama também a atenção do ministro do Interior para «a forma como o comandante distrital da Legião está recrutando nalgumas zonas os seus representantes concelhios, por não ser ouvido o governador civil, mas sim o Dr. Montalvão Machado, antigo governador civil e declarado detractor da obra e da pessoa do senhor presidente do Conselho»<sup>47</sup>. Já no distrito de Santarém o facto de o Comando Distrital da Legião ter sede em Tomar gerava também os protestos do governador civil, uma vez que este facto levava o Comando da Legião a agir «absolutamente desligado do governador civil». Por isso «escolheram-se delegados concelhios sem a prévia concordância do governador e até contra a sua opinião»<sup>48</sup>.

Noutros casos, as tensões sucedem-se entre a Legião Portuguesa e as Câmaras Municipais. O presidente da Câmara de Miranda do Corvo queixa-se ao ministro do Interior, em Julho de 1937, de desentendimentos entre a Legião e a Câmara. Refere que num comício ali organizado pela Legião Portuguesa, a Câmara foi duramente atacada: «[um legionário] atacou com referências desprimorosas a autoridade administrativa e a Câmara Municipal (...) [outros legionários] atacaram de uma maneira grosseira e vexatória as autoridades locais, empregando entre outras palavras de 'canalhas' e 'pulhas' (...) surge heroicamente [outro legionário] a pedir autorização ao seu comandante para com a sua lança assaltar o edifício dos Paços Municipais e à baioneta atirar pela janela fora todas as pessoas que ali se encontravam»<sup>49</sup>.

Os testemunhos falam por si e são reveladores das formas de que se revestiam os conflitos entre a Legião Portuguesa e a União Nacional, governadores civis e Câmaras Municipais e das causas que os originavam. Questões de política local ou regional, como referi, mas que, devido à sua tão frequente ocorrência, fazem pensar no real impacto da criação da Legião Portuguesa na composição das elites políticas portuguesas<sup>50</sup>. Parecem desenhar-se estratégias diversas de reacção e de assimilação do fenómeno «Legião Portuguesa» e de resolução das tensões entre os membros da classe política local, para quem os organismos a que pertenciam não eram, certamente, mais do que um veículo de promoção e um instrumento de luta política. Embora passível de ulteriores confirmações empíricas, através de estudos de caso e de seriamentos estatísticos, a verdade é que a Legião Portuguesa terá vindo verdadeiramente «mexer» com o equilíbrio conseguido a nível local pela União Nacional<sup>51</sup>. O que justificaria, aliás, as palavras de Namorado de Aguiar, ao apresentar a sua demissão em Junho de 1937: «É impossível exercer actividade legionária (...) A Legião é um organismo apenas tolerado. A Legião luta com resistências de ordem

político-social que eu não posso vencer (...) A Legião é um organismo perseguido!»<sup>52</sup>.

## 6. Fontes e Bibliografia

### 1. Fontes de Arquivo

Arquivo da Legião Portuguesa  
Arquivo do Ministério do Interior — Gabinete do Ministro  
Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/PC/21

### 2. Fontes Impressas

*Anais da Revolução Nacional*, dir. João Ameal, vol. IV.  
*Boletim da Legião Portuguesa* (1938, 1939).  
*Diário da Manhã* (1936, 1937, 1938, 1939).  
*Organização da Legião Portuguesa*, s.l., 1940.  
SALAZAR, António de Oliveira, *Alocução proferida por Salazar em 11 de Março de 1938 aos Legionários de Portugal*, s. l., 1938.

### 3. Bibliografia

CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.  
DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d.  
LUCENA, Manuel de, *Evolução do Sistema Corporativo Português*, Vol. I — O Salazarismo, Lisboa, Ed. Perspectivas e Realidades, 1976.  
MARTINS, Hermínio, «Portugal» em *O Fascismo na Europa* (dir. S. J. Woolf), Lisboa, Ed. Meridiano, 1978.  
MEDINA, João — *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a história dum conflito 1932/1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978.  
OLIVEIRA, César de, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 2ª ed., Lisboa, Edições «O Jornal», 1988.  
PAYNE, Stanley G., «A Taxonomia comparativa do Autoritarismo», in AA VV — *Estado Novo — das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Vol. I, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1987.  
PAYNE, Stanley G., «Salazarism: fascism or bureaucratic authoritarianism?», AA VV, *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Vol. II, Sécs. XVI-XX, Lisboa, 1983.  
PINTO, António Costa, «As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional», in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992.  
PINTO, António Costa, «Salazar e o Fascismo Europeu. Os primeiros debates nas Ciências Sociais», *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

- RAMOS, Rui, «O Estado Novo perante os poderes periféricos: o Governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-1939)», in *Análise Social*, Vol. XXII (90), 1986, pp. 109-135.
- RODRIGUES, Luís Nuno, «A Legião Portuguesa face à II Guerra Mundial», in *Diário de Notícias* (suplemento Cultura), Novembro de 1991.
- ROSAS, Fernando, «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», in *Vértice*, II série, nº 13, Abril de 1989, pp. 21-29.
- ROSAS, Fernando, «Legião Portuguesa», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, pp. 375-376.
- SILVA, Josué da, *Legião Portuguesa. Força repressiva do fascismo*, Lisboa, Diabril Editora, 1975.

- <sup>1</sup> Trata-se da investigação relativa à tese de mestrado que preparo, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Rosas, na Universidade Nova de Lisboa, no Mestrado de História dos séculos XIX e XX — secção do século XX.
- <sup>2</sup> Cf. Fernando Rosas, «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», in *Vértice*, II série, nº 13, Abril de 1989, pp. 21-29.
- <sup>3</sup> Um «fascismo sem movimento fascista», na feliz expressão de Manuel de Lucena. Cf. Manuel de Lucena, *A evolução do sistema corporativo português. I. O salazarismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.
- <sup>4</sup> São escassos os trabalhos existentes sobre a Legião Portuguesa. Em 1975 foi publicado por Josué da Silva o livro intitulado *Legião Portuguesa. Força repressiva do fascismo*, muito marcado ideologicamente, e mais recentemente o Prof. Dr. Fernando Rosas foi o autor do artigo «Legião Portuguesa» incluído no *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, das Publicações Alfa, em 1985. Tive também a oportunidade de analisar o posicionamento da Legião Portuguesa em relação à II Guerra Mundial no meu artigo «A Legião Portuguesa face à II Guerra Mundial», publicado no suplemento cultural do *Diário de Notícias* em Novembro de 1991.
- <sup>5</sup> Sobre o Nacional-sindicalismo aguardam-se os resultados da tese de doutoramento de António Costa Pinto sobre o fascismo em Portugal no período entre as duas guerras, dos quais conhecemos para já aqueles que surgem em «As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional», in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992. Sobre este assunto ver ainda João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a história dum conflito 1932/1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978.
- <sup>6</sup> Hermínio Martins chamaria desde logo a atenção para este facto, verificando que «o ano de 1936 viu, de facto, a formação de organizações e a promulgação de leis que indicaram claramente um novo nível de fascização do regime ou, pelo menos, uma fase de desenvolvimento político que vai além do corporativismo cristão, tradicionalista e convencionalmente autoritário, que constituía provavelmente o projecto inicial do regime». Cf. Hermínio Martins «Portugal» em *O Fascismo na Europa* (dir. S. J. Woolf), Lisboa, Ed. Meridiano, 1978, p. 448.
- <sup>7</sup> César de Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, 2ª ed., Lisboa, Edições «O Jornal», 1988, p. 8.
- <sup>8</sup> *Diário da Manhã*, 27 de Janeiro de 1936, p. 1.
- <sup>9</sup> *Idem*, 30 de Março de 1936, p. 1.
- <sup>10</sup> Jorge Botelho Moniz nasceu em Lisboa em 1898. Foi deputado em 1918-1919 e director do jornal *A Situação*. Fundou, com Cunha Leal, o partido União Liberal Republicana.

- Aderiu ao regime salazarista e foi um dos mais entusiásticos apoiantes portugueses da causa franquista durante a Guerra Civil de Espanha. A sua acção notou-se sobretudo aos microfones do Rádio Clube Português, de que foi fundador e director.
- 11 *Anais da Revolução Nacional*, dir. João Ameal, vol. IV, pp. 46 e 47.
- 12 *Diário da Manhã*, 16 de Setembro de 1936, p. 8.
- 13 A expressão é uma vez mais de Manuel de Lucena, *op. cit.*.
- 14 O comandante geral da Legião Portuguesa, João Nepomuceno Namorado de Aguiar, nascera em Évora em 1876. Com o Curso da Escola do Exército, havia sido promovido a coronel em 1928. Em 1930 é nomeado ministro de Guerra, cargo que exerceria durante aproximadamente um ano. Foi o grande organizador da Mocidade Portuguesa e, depois, da Legião Portuguesa, na zona Norte do País. Foi também comandante da Polícia de Segurança Pública no Porto, entre 1935 e 1945.
- 15 Arquivo do Ministério do Interior (AMI), Caixa 490: Documento relativo à reestruturação da Legião Portuguesa, não datado.
- 16 AMI, caixa 490: Relatório dos componentes militares da Junta Central da Legião Portuguesa, não datado.
- 17 AMI, *idem*.
- 18 Artur Águedo de Oliveira, vogal da primeira Junta Central da Legião Portuguesa, era natural de Moncorvo (1894). Advogado, tinha sido subsecretário de Estado das Finanças de 1931 a 1934. Em 1934 foi candidato da União Nacional (da qual era também dirigente) às primeiras eleições legislativas.
- 19 Arquivo da Legião Portuguesa (ALP), *Livro de Actas das Reuniões da Junta Central*, nº 1, fls. 42-44. O mesmo Águedo de Oliveira havia reconhecido à imprensa, escassos dias após a criação da Legião Portuguesa, que a Legião Portuguesa «não terá vida independente fora da acção governativa. Terá a vida do Governo ao qual fica pura e simplesmente subordinada (...) ela receberá somente ordens do Governo que a controla e comanda», *Diário da Manhã*, 22 de Setembro de 1936, p. 7.
- 20 João Pinto da Costa Leite nasceu no Porto em 1905. Filho do segundo conde de Lumbrales, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1925 e obteve o doutoramento em Ciências Políticas e Económicas no ano de 1927. A sua carreira académica cedo o fez surgir como um dos mais promissores quadros do regime salazarista. Foi subsecretário de Estado das Finanças em 1929 e de 1934 a 1937 e ministro, sucessivamente, do Comércio e da Indústria (1937-1940), das Finanças (1940-1950) e da Presidência (1950-1955). Fez igualmente parte da Câmara Corporativa e da Comissão Executiva da União Nacional. Após o 25 de Abril exilou-se em Madrid, onde viria a falecer em 1975. Na Legião Portuguesa, Costa Leite ocupou o cargo de presidente da Junta Central desde a sua criação até 1944.
- 21 *Idem*, p. 44.
- 22 *Diário da Manhã*, 16 de Setembro de 1936, p. 8.
- 23 Cf. carta de Namorado de Aguiar a Costa Leite datada de 24 de Junho de 1937, AMI, caixa 490.
- 24 Arquivo Oliveira Salazar (AOS), CO/PC/21, Pasta 8, Relatório do presidente da Junta Central da Legião Portuguesa dirigido a Salazar, de 27 de Abril de 1939.
- 25 AOS, *idem*, p. 1.
- 26 *Diário da Manhã*, 7 de Julho de 1937, p. 8.
- 27 AMI, caixa 490: Carta da Junta Central da Legião Portuguesa para o ministro do Interior, de 28 de Agosto de 1937.
- 28 O *Diário da Manhã* manifesta-se euforicamente logo a 11 de Dezembro afirmando que «o entusiasmo que se regista em todo o País entre as mais diversas classes sociais pela organização e desenvolvimento da Legião Portuguesa é uma prova admirável da vitalidade e unidade da consciência nacional [...] de dia para dia essa milícia se avoluma, se enche de magníficas energias combativas». *Diário da Manhã*, 11 de Dezembro de 1936, p. 1.
- 29 «O seu [da UN] poder mobilizador será porém enfraquecido em prol da ascensão da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa, nos anos da Guerra Civil de Espanha e da Guerra



- Mundial, quando os apelos militares se sobrepunham aos políticos [...] A União Nacional vê-se desse modo relegada para as tarefas rotineiras de suporte eleitoral do regime». Cf. Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, pp. 41 e 140.
- <sup>30</sup> *Diário da Manhã*, 10 de Novembro de 1936, p. 2.
- <sup>31</sup> AOS, CO/PC/21, pasta 8, Relatório do presidente da Junta Central da Legião Portuguesa a Salazar, p. 4.
- <sup>32</sup> *Diário da Manhã*, 6 de Maio de 1937, p. 1.
- <sup>33</sup> Relatório do governador civil de Coimbra, de 26 de Janeiro de 1937. AMI, caixa 490.
- <sup>34</sup> *Idem*. Sublinhado meu.
- <sup>35</sup> *Idem*.
- <sup>36</sup> Relatório do governador civil de Coimbra, de 9 de Março de 1937. AMI, caixa 490.
- <sup>37</sup> *Idem*.
- <sup>38</sup> AMI, caixa 494, Resumo dos relatórios dos governadores civis. Abril de 1937.
- <sup>39</sup> Carta do governador civil de Évora ao ministro do Interior, datada de 11 de Junho de 1937. AMI, caixa 490.
- <sup>40</sup> *Idem*.
- <sup>41</sup> *Idem*.
- <sup>42</sup> *Idem*.
- <sup>43</sup> Relatório do governador civil de Castelo Branco, de Janeiro de 1937. AMI, caixa 492.
- <sup>44</sup> Relatório do governador civil de Viseu, de Outubro de 1937. AMI, caixa 493.
- <sup>45</sup> Relatório do presidente da Junta Central da Legião Portuguesa, Arquivo da Ex-LP, p. 5.
- <sup>46</sup> ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, caixa 517.
- <sup>47</sup> Relatório do governador civil de Vila Real, datado de 9/9/1937. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, caixa 517. A propósito das questões e conflitos do distrito de Vila Real, englobando o governador civil, a Legião Portuguesa e a União Nacional, ver o estudo de Rui Ramos (com recurso a documentação produzida pelo governador civil) em «O Estado Novo perante os poderes periféricos: o Governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-1939)», in *Análise Social*, Vol. XXII (90), 1986, pp. 109-135, *maxime* pp. 128-129.
- <sup>48</sup> Relatório do governador civil de Santarém de Abril de 1937. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, caixa 494.
- <sup>49</sup> Carta do presidente da Câmara de Miranda do Corvo ao governador civil de Coimbra, datada de 19 de Julho de 1937, e que este enviou ao ministro do Interior. ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, caixa 494.
- <sup>50</sup> «A acção política da Legião [...] ficou muito aquém do que deveria ser, precisamente pelo receio de que a incompreensão de muitos, a persistência do velho espírito de partido, a acção de divisões políticas locais, pudessem envolver a Legião em incidentes». AOS, CO/PC/21, pasta 8, Relatório do presidente da Junta Central da Legião Portuguesa a Salazar, pp. 4-5.
- <sup>51</sup> União Nacional, definida, nesta sua primeira fase, por António Costa Pinto, como um «instrumento de canalização política, não tanto das massas mas da notabilidade local (...) uma agência estatal de integração das elites locais». Cf. António Costa Pinto, «As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional», in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, p. 613. Também Rui Ramos verifica como a Legião Portuguesa veio, a nível local, funcionar como um instrumento de pluralização das «vias de comunicação com o poder central», *op. cit.*, p. 129.
- <sup>52</sup> Carta de Namorado de Aguiar a Costa Leite datada de 24 de Junho de 1937, ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, caixa 490.